

DIVISÃO SOCIAL DO ESPAÇO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MOSSORÓ/RN/BRASIL

<https://doi.org/10.4215/rm2022.e21015>

Vanessa Moura de Lacerda Teixeira ^{a*} - Cleiton Ferreira da Silva ^b - Cláudio Smalley Soares Pereira ^c

(a) Doutorado em Geografia e Planejamento Urbano. Université Jean-Moulin, Lyon, França.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1537-1723>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/3457980486066606>.

(b) Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Petrolina (PE), Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3846-763X>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/1502258455082335>.

(c) Doutorado em Geografia. Professor da Universidade Federal de Pernambuco, Petrolina (PE), Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4624-4057>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/3198754128199522>.

Article history:

Received 29 December, 2021

Accepted 20 June, 2022

Published 15 September, 2022

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: 6, rue du Colonel Arnaud Beltrame, 69008, Lyon. Tel: +33 7.78.68.21.09

E-mail: vanessamlt2@gmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda a produção do espaço urbano em Mossoró, no Rio Grande do Norte, sob a perspectiva de análise que articula a divisão social do espaço e a fragmentação socioespacial. A hipótese levantada é que, no contexto da urbanização contemporânea, a lógica urbana fragmentária desempenha um papel significativo na estruturação e reestruturação dos espaços urbanos. A contradição centro-periferia se redefine, associada à produção de novos espaços de consumo e à profusão de formas de habitação popular e espaços residenciais fechados. Para isso, o mapeamento e cruzamento de dados destes mesmos espaços, as formas de habitação e, consequentemente entrevistas com cidadãos que os habitam, foram fundamentais para a análise. O artigo problematiza, portanto, o estudo da fragmentação socioespacial como possibilidade expressiva para se compreender a urbanização brasileira contemporânea e conclui sobre as práticas espaciais e a apropriação do espaço como elemento fundamental para a compreensão do processo de fragmentação nas cidades médias brasileiras.

Palavras-chave: Fragmentação Socioespacial, Centralidade Urbana, Divisão Social e Territorial do Trabalho, Mossoró, Brasil.

Abstract / Résumé

SOCIAL DIVISION OF SPACE AND SOCIO-SPATIAL FRAGMENTATION IN MOSSORÓ/RN/BRAZIL

This paper addresses the production of urban space in Mossoró, in Rio Grande do Norte State, through an analysis that articulates the social division of space and socio-spatial fragmentation. The hypothesis is that, in the context of contemporary urbanization, the fragmentary urban logic plays a significant role in structuring and restructuring urban spaces. The center-periphery contradiction is redefined, associated with the production of new spaces for consumption and the profusion of popular housing forms and closed residential spaces. For this, the mapping and cross-referencing data from these same spaces, the forms of habitation and, consequently, interviews with inhabitants, were fundamental for the analysis. So, this article highlights the study of socio-spatial fragmentation as an expressive possibility to understand contemporary Brazilian urbanization. It concludes on spatial practices and the appropriation of space as a fundamental element to understand the fragmentation process in Brazilian medium-sized cities.

Keywords: Sociospatial Fragmentation, Urban Centrality, Social and Territorial Division of Labour, Mossoró, Brazil.

DIVISION SOCIALE DE L'ESPACE ET FRAGMENTATION SOCIO-SPATIALE À MOSSORÓ/RN/BRÉSIL

Cet article aborde la production de l'espace urbain à Mossoró, dans le Rio Grande do Norte, à travers une analyse qui articule la division sociale de l'espace et la fragmentation socio-spatiale. L'hypothèse soulevée est que, dans le contexte de l'urbanisation contemporaine, la logique urbaine fragmentaire joue un rôle important dans la structuration et la restructuration des espaces urbains. La contradiction centre-périphérie est redéfinie, associée à la production de nouveaux espaces de consommation et à la profusion de formes d'habitat populaire et d'espaces résidentiels fermés. Pour cela, la cartographie et le croisement des données, les formes d'habitat et, par conséquent, les entretiens avec les habitants, ont été fondamentaux pour l'analyse. Par conséquent, l'article interroge l'étude de la fragmentation socio-spatiale comme une possibilité expressive pour comprendre l'urbanisation brésilienne contemporaine et conclut sur les pratiques spatiales et l'appropriation de l'espace comme un élément fondamental pour comprendre le processus de fragmentation dans les villes moyennes brésiennes.

Mots-clés: Fragmentation socio-spatiale, centralité urbaine, division sociale et territoriale du travail, Mossoró, Brésil.

INTRODUÇÃO

As dinâmicas econômicas, sociais e políticas do período da globalização produziram alterações substanciais no âmbito das cidades ao redor do mundo. No Brasil, a urbanização se tornou um processo chave para se compreender o território nacional, transformando o papel das cidades na divisão territorial do trabalho e redesenhando a divisão social do espaço urbano, em um contexto de neoliberalismo e de desigualdades socioespaciais.

Nesta pesquisa, as cidades e o fenômeno urbano são compreendidos no seio de totalidades articuladas em movimento, conforme argumenta Silveira (2015), posto que se torna difícil compreender um espaço urbano, em particular, desconsiderando as conexões e articulações que se estabelecem entre as especificidades e as tendências gerais do período atual.

O objetivo deste artigo é discutir a apropriação desigual da cidade que consubstancia a fragmentação socioespacial, em função da divisão social do espaço, além de relacionar esta divisão à concentração de comércio e serviços e a espacialização da habitação dos respectivos cidadãos na cidade de Mossoró/RN. A divisão social do espaço, portanto, será compreendida a partir da articulação do processo de fragmentação socioespacial e suas relações com a apropriação desigual e a produção do espaço¹. Busca-se, desta maneira, analisar como o uso da cidade por diferentes grupos socioeconômicos têm influenciado no modo de vida urbano, ao mesmo tempo em que uma nova condição de centralidade, então criada, reflete novas formas de consumo do espaço urbano, em um contexto de redefinição da relação centro-periferia.

Do ponto de vista metodológico, realizou-se um mapeamento cruzando-se dados de localização dos principais conjuntos de habitação popular representados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)² e de Espaços Residenciais Fechados (ERF) de alto e médio padrão, com as atividades de comércio, serviços públicos e privados, mobilidade e lazer.

Utilizou-se, ainda, de oito entrevistas³ realizadas com cidadãos, dos quais quatro integram os chamados habitats populares (moradores do PMCMV faixa 1, com renda familiar entre 1 e 3 salários-mínimos), e quatro moradores que habitam os ERF, integrantes das classes média e alta. A ideia foi tentar capturar práticas espaciais por meio da identificação dos locais de trabalho e consumo destes entrevistados. Parte-se, portanto, do pressuposto que a divisão social do espaço urbano tem expressado na maneira como os moradores se apropriam, vivem, consomem e desfrutam a cidade, de modo que estas ações cotidianas revelam o processo de fragmentação socioespacial na produção do espaço.

Com base nisso, a pesquisa apoiou-se em um referencial teórico-metodológico que aborda a fragmentação socioespacial, tendo em vista as relações que este processo estabelece com as dinâmicas de redefinição da contradição centro-periferia no espaço urbano e o modo como os cidadãos, por meio de suas práticas espaciais e seu “capital espacial”, contribuem para a divisão social do espaço e o processo de produção espacial da cidade, notadamente devido ao uso e apropriação do espaço urbano.

O artigo está dividido em duas partes. A primeira parte aborda a divisão social do espaço urbano e sua articulação com a fragmentação socioespacial. A segunda parte analisa a apropriação desigual e fragmentada pelos sujeitos sociais, bem como a conformação territorial referente aos espaços de concentração comercial e de serviços ao longo dos anos. A análise de Mossoró fomenta debates teóricos, conceituais e empíricos a respeito das formas de apropriação da cidade e os principais componentes que problematizam o processo de fragmentação socioespacial.

A DIVISÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS

A divisão social do espaço se articula neste artigo com a fragmentação socioespacial, a qual assume uma importância central no âmbito nos estudos sobre a produção do espaço urbano no período contemporâneo. Esclarecer esses conceitos é, portanto, fundamental.

O conceito de fragmentação socioespacial é bastante complexo e perpassa uma importante literatura desde os anos 1960, estudada e atualizada por diversos autores (cf. SPOSITO; GÓES, 2013;

NAVEZ-BOUCHANINE, 2002; PRÉVÔT-SCHAPIRA; PÍNEDA, 2008; PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001; RHEIN; ELISSALDE, 2004; SPOSITO, 2019a, 2020; LEGROUX, 2021). Sposito e Sposito (2020) examinaram as diversas noções acerca da fragmentação apontando contribuições e insuficiências. Para os autores, a fragmentação socioespacial é, ao mesmo tempo, um conceito multidimensional e polissêmico.

Ao proporem uma maior precisão conceitual, Sposito e Sposito (2020) sugerem que a fragmentação socioespacial deve ser considerada enquanto um processo que caracteriza a urbanização contemporânea englobando, ao mesmo tempo que delas se distingue, a segregação, a autosegregação, a segmentação socioespacial dos usos dos espaços de consumo etc. Nesse sentido, “fragmentação socioespacial, conceito mais recente, pode abarcar os demais, sem com isso superá-los ou descartá-los, mas sim incorporando-os na reflexão” (SPOSITO; SPOSITO, 2020, p. 3). Essa adjetivação “socioespacial” é justificada pelos autores por revelar um fenômeno social e espacial, ou seja, “articulações e codeterminações entre condições sociais e condições espaciais, tanto quanto se expressa social e espacialmente” (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 281). Tal concepção revela a particularidade da urbanização contemporânea, sobretudo no âmbito do capitalismo pós-fordista e suscita questões e reflexões sobre o modo como essa urbanização se realiza no capitalismo periférico.

Segundo Prévôt-Schapira e Pineda (2008, p. 76-79), a “fragmentação urbana” é caracterizada por três dinâmicas: a) “competição institucional e segmentação da ação pública”; b) “a economia urbana entre lugares, redes e fluxos”; e c) “a fragmentação sócio-espacial como desintegração social e desarticulação urbana”. Esta última se refere à “análise da relação, muitas vezes contraditória, entre a mudança social e as evoluções da estrutura urbana” (p. 75). Ainda que seja exatamente essa dinâmica da fragmentação socioespacial que nos interessa, é importante frisar, concordando com ambos, que “a interrelação entre essas três lógicas multiplica os pontos de fricção e intensifica os antagonismos entre os atores e as redes que se disputam e se repartem no espaço urbano”, as quais ocorrem em circunstâncias marcadas pelo “dinamismo econômico e o crescimento da desigualdade e da pobreza” (p. 75).

No que diz respeito aos propósitos deste artigo, é importante considerar as práticas espaciais como sendo, ao mesmo tempo, condição e produto da fragmentação socioespacial, pois é nesse âmbito que se pode observar a apropriação do espaço urbano. Assim, a definição de “capital espacial” proposta por Prévôt-Schapira (2001, p. 49), como “o conjunto interiorizado de formas de relação (intelectuais e práticas) de um indivíduo com o espaço considerado como um bem social”, que remete à análise do espaço “em função das representações e dos usos que os indivíduos fazem dele”, será útil.

Apesar de os estudos na América Latina focalizarem a fragmentação socioespacial com maior destaque para os espaços metropolitanos, conforme destacam Sposito e Sposito (2020), é notório que tal processo, considerado enquanto uma dinâmica mais ampla da urbanização contemporânea, abrange também espaços urbanos de diferentes complexidades. Nesse caso, as cidades médias brasileiras apresentam sinais bastante eloquentes de que a fragmentação socioespacial já se tornou um processo que as incorporou. O estudo de Sposito e Góes (2013) identificou que cada vez mais os elementos objetivos e subjetivos que caracterizam a fragmentação socioespacial em cidades médias, estão associados aos espaços residenciais fechados e a novas lógicas de localização do capital comercial, associados às dinâmicas imobiliárias, ao medo e à insegurança.

Na fragmentação, há uma inter-relação entre a dimensão social e a complexificação de rupturas e separações no tecido urbano contemporâneo (LEGROUX, 2021, p. 238):

Ela expressa i) um acirramento dos processos de segregação e diferenciação dos e nos diferentes espaços urbanos, em termos de classes sociais e de funções atribuídas a estes (trabalho, lazer, moradia, etc.), e ii) formas e conteúdos urbanos socioespaciais cada vez mais complexos, com ênfase nas rupturas e separações.

São as novas formas de produção e apropriação da cidade, calcadas em novas lógicas de estruturação do espaço urbano. Esse processo, uma vez que tem fortes relações com as mudanças das lógicas centro-periferia, tem relação direta com a divisão social do espaço. Como lembra Roncayolo (1988), a divisão social e funcional do espaço mantém uma relação contraditória com a centralidade. Essa relação aparece de forma clara, como nos modelos de Ecologia Urbana de Burgess, Hoyt e Harris e

Ulmann (cf. RONCAYOLO, 1988; PEREIRA, 2016).

A divisão social do espaço urbano é concomitante à maneira pela qual o espaço é produzido. Na perspectiva de Lefebvre (2000), o espaço é uma produção social e histórica, que intervém e condiciona a produção social e as lógicas econômicas, políticas e culturais. Não é possível, nesse sentido, separar a sociedade do espaço e, no modo de produção capitalista, o espaço assume contradições entre valor de uso e valor de troca, produção social e apropriação privada, entre outras.

Em um de seus últimos textos, Lefebvre (1991, p. 16) afirmou que como parte um movimento de “planetarização do urbano” o espaço se homogeneiza ao mesmo tempo que se fragmenta: “E assim que o espaço social, enquanto se homogeneiza, se fragmenta em espaços de trabalho, de lazer, de produção material, de serviços diversos”. Essa contradição é seguida da constatação de que “as classes sociais se hierarquizam e se inscrevem no espaço, e cada vez mais”. Nesse processo, a metamorfose da cidade lançou por terra as ilusões da modernidade, de uma vida urbana nova, inteiramente renovada; ao contrário, o que se viu foi que “quanto mais a cidade se estende, mais as relações se degradam”, demonstrando que “a vida na cidade não deu lugar a relações sociais inteiramente novas” (ibidem, p. 14).

O processo de fragmentação socioespacial, compreendido como fenômeno urbano contemporâneo, evidencia-se por meio da ampliação da divisão social do espaço. O cerne deste processo no urbano contemporâneo é o que Lussault (2009) chama de “princípio separativo”: “o urbano contemporâneo é marcado, às vezes, pela afirmação mobilitária e pelo sucesso do princípio separativo. A separação espacial das realidades sociais caracteriza a urbanização contemporânea” (LUSSAULT, 2009, p. 754). Trata-se de uma “nova condição urbana” (PEREIRA, 2020) na qual as cidades médias estão imersas.

Encontramos tentativas importantes de entender a divisão social do espaço em Lipietz (1982), Roncayolo (1988) e Sposito e Góes (2013). Esses autores enxergam a divisão social do espaço por prismas distintos, mas estão de acordo com o fato deste processo ser fundamental para a compreensão da cidade capitalista moderna. Lipietz (1982) argumenta que a divisão social do espaço “é um fenômeno extremamente complexo”, no qual se fazem presentes a estrutura social, os efeitos das práticas sociais e o poder das classes dominantes nos modos de produção do espaço e os papéis do Estado e do mercado. Roncayolo (1988, p. 79) propõe uma relação entre divisão funcional e social do espaço. Ele identifica a “divisão funcional do espaço” com a “distribuição das funções que descrevem a atividade urbana em seu conjunto”; estas “respondem a exigências técnicas, as do comércio varejista, as instalações pouco comuns ou os edifícios industriais”, e se inscrevem nos marcos da “competição econômica”. Já a “divisão social do espaço”, segundo Roncayolo (1988, p. 80) não pode ser “medida” somente de acordo com a “distribuição da residência”, mas envolve os “locais de encontro” e a desigualdade de poder do acesso aos bens e à expressão cultural por parte dos diversos grupos sociais.

Por sua vez, Sposito e Góes (2013, p. 98-102) entendem a divisão do espaço em termos de “divisão técnica” no que diz respeito a “usos e funções diferentes: residencial, comercial, de serviços, de circulação”, ao passo que do ponto de vista social, a divisão do espaço refere-se à “como se apropriam do espaço os indivíduos, os grupos e as classes”. Tanto Roncayolo (1988) como Sposito e Góes (2013) defendem uma posição que usos e funções sejam articulados e relacionados, o que consistiria em uma análise mais abrangente da divisão social do espaço.

Roncayolo (1988) argumenta ainda, que as noções de divisão social do espaço, juntamente com a divisão funcional do espaço, articulam-se com a centralidade, apoiando-se mutuamente, ao mesmo tempo que se contrapõem. É aí, por exemplo, que se pode compreender as lógicas que produzem a cidade, a estruturação centro-periferia e as maneiras como as classes e os grupos sociais vivem e se apropriam da cidade. Roncayolo (1988, p. 93-100) lembra, também, que a divisão social e funcional do espaço leva em consideração os agentes sociais (políticos, econômicos) e os “modos de produção do espaço” que relacionam preço do solo, habitação, comércios, lugares de encontro, intervenção pública etc. Entende-se daí ser importante em seu argumento a ideia de que “a morfologia da cidade é, também, social”, devido aos “grupos sociais, aos seus movimentos, as estruturas materiais que são construções sociais e lugares de práticas” (RONCAYOLO, 2011, p.11).

Em Mossoró, assim como em muitas cidades médias brasileiras, o processo de fragmentação socioespacial sinaliza para uma nova divisão social do espaço urbano, no qual, como veremos a seguir,

as formas de estruturação do espaço urbano estão dialeticamente relacionadas com as práticas espaciais e as formas de apropriação da cidade pelos cidadãos.

APROPRIAÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO EM MOSSORÓ

A pesquisa de campo, realizada em outubro de 2019, permitiu o estabelecimento de contatos com “agentes bem-informados”⁴, com os quais realizou entrevistas e conversas informais. Tratam-se de agentes públicos e privados (secretarias de habitação e planejamento urbano, agentes imobiliários, entidades de classes ligadas ao setor imobiliário, etc.) que forneceram informações sobre as lógicas de produção do espaço urbano, os direcionamentos dos novos capitais privados em termos de habitação e de atividades comerciais e de serviços.

A cidade de Mossoró apresenta significativos índices de desigualdades sociais, uma vez que 38% de sua população tem rendimento mensal per capita de até meio salário-mínimo (BANCO DO NORDESTE, 2019), e com um nível de pobreza que varia entre 3,72%, 12,81% e 35,33% para os extremamente pobres, os pobres e os vulneráveis à pobreza, respectivamente (Ibidem, n.p.). No outro extremo, calcula-se, que os 20% mais ricos de Mossoró se apropriam de 57,6% da renda que é produzida (ibidem, n.p.).

Pôde-se observar, empiricamente, a nova divisão social do espaço urbano de Mossoró, que tem, além das estratégias espaciais dos capitais na redefinição da centralidade urbana, uma forte participação do poder público na conformação espacial de empreendimentos residenciais dos setores populares e setores da classe média e alta. Essas ações condicionam, do nosso ponto de vista, formas diferentes de apropriação, vivência e cotidianidade dos moradores na cidade de Mossoró, ou seja, revelam os “capitais espaciais” destes moradores, segundo expressão de Prévôt-Schapira (2001). Essas transformações já vêm sendo registradas na bibliografia que estuda as transformações espaciais de Mossoró já há algum tempo (ELIAS; PEQUENO, 2010; COUTO, 2017; DIAS, 2019)

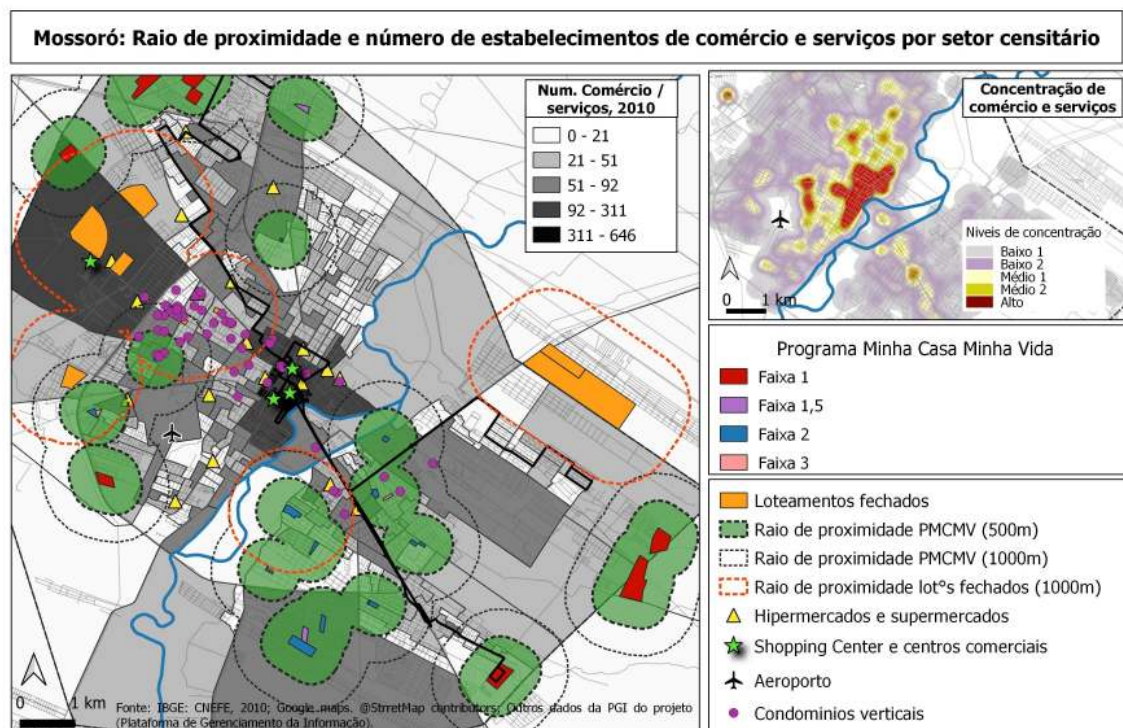


Figura 1 - Mossoró: Raio de proximidade e estabelecimentos de comércio e serviços por setor censitário.

Como se observa na figura 1, é possível interpretar a relação de distância dos ERF e

empreendimentos do PMCMV, com os estabelecimentos de comércio e serviços. Esse mapa mostra que alguns empreendimentos do PMCMV, em especial os da Faixa 1, são pouco providos de estabelecimentos (comerciais e serviços) dentro de seus raios de proximidade de 500 metros e 1000 metros. Isso fortalece a tese de que tais moradores, por falta de equipamentos e serviços diversos, precisam acessar outras áreas da cidade, em especial as centrais, para a realização de seu consumo e atividades do cotidiano, como supermercados, shopping, bancos, equipamentos de saúde e educação superior, fundamentalmente dependendo de um transporte público ineficiente e precário.

O mapa mostra, também, uma concentração de novos empreendimentos imobiliários verticais no eixo noroeste-sudoeste, acompanhando a tendência de crescimento e expansão da cidade com fortes investimentos do Estado nas esferas municipal, estadual e federal (pelo planejamento urbano) em direção ao shopping-center Partages, inaugurado em 2007, com grau de expansão também para outros serviços, abarcando moradias, essencialmente, dos setores da classe média e alta da cidade, com fortes ações do poder público (ELIAS; PEQUENO, 2010; COUTO, 2017; DIAS, 2019). Essa área também conta com grandes capitais comerciais, com uma unidade do Atacadão (Carrefour), uma do Maxxi (Grupo Big), além do campus Mossoró da Universidade Potiguar (UNP) e o empreendimento comercial e residencial West Home & Business, ao lado do shopping Partage. Uma unidade da Havan e o campus da Uninassau estão em construção na mesma área.

Observa-se, portanto, que este espaço possui uma relativa infraestrutura urbana, enquanto os habitats populares, assentaram-se em áreas periféricas e com limitados serviços e infraestrutura, ou seja, o afastamento socioespacial dos mais pobres, em áreas menos dotadas de consumo coletivo e a concentração dos ricos em áreas mais distantes do centro, servidas de bens e serviços públicos (SPOSITO, 2019b). Nota-se, destarte, o papel do Estado como um importante agente da produção do espaço urbano⁷. Esse eixo⁸, como observa-se no mapa, apresenta também uma forte concentração de hipermercados e supermercados, o que possibilita aos moradores um melhor acesso às zonas de consumo.

O shopping-center Partage, situado no bairro Nova Betânia, considerado uma zona de expansão da cidade, vem fomentando um novo modo de consumir na cidade, para além da área central, constituindo um processo em curso de multiplicação de áreas centrais ou de multicentralidade e, assim, estruturando um elemento característico da fragmentação socioespacial, alterando, portanto, o padrão monocêntrico que caracterizava anos anteriores (SPOSITO, 2007; WHITAKER, 2017) ou ainda centralidades tradicionais (SPOSITO; GÓES, 2013).



Figura 2 - Mossoró: espaços comerciais, serviços e tipologias habitação.

Indicativos desse processo de fragmentação socioespacial se dão a partir da associação entre habitat, áreas comerciais, serviços e mobilidade, a partir da captura do cotidiano dos cidadãos. Entendemos que os empreendimentos imobiliários (especialmente de alto padrão) implantados próximos ao shopping Partage reforçam a fragmentação socioespacial por criarem rupturas e fraturas sócio-temporais no espaço urbano (CALDEIRA, 2000; LEGROUX, 2021). Os ERF's tendem a isolar, ainda que relativamente, os habitantes da vivência urbana no cotidiano, na medida em que retiram do espaço público a possibilidade do contato urbano (SPOSITO; GÓES, 2013). Como demonstra um dos entrevistados, morador de ERF: “Se eu tenho que sair eu vou nos lugares que tenha minhas melhores referências e muitas vezes não é no bairro. Porque nosso condomínio é uma cidade (risos) (Morador ERF)”. A fragmentação socioespacial é, nesse sentido, um aprofundamento da separação espacial que visa diminuir ao máximo os contatos que são constitutivos da vida urbana. Um morador de ERF, se expressou da seguinte maneira:

Nosso condomínio é um condomínio horizontal, é um condomínio de casas, então eu tenho um quintal, um cachorro, eles (os filhos) dão uma voltinha com os cachorros na rua, eles respiram um ar diferente... eu tenho colegas que têm filhos em apartamentos e a situação é mais complicada... porque o que limita o apartamento do coletivo é talvez uma porta. Então a gente tem aqui um espaço maior pra eles se soltarem... Ah! Pra gente também... de repente punha uma cadeira na calçada a gente vê o horizonte, a gente vê a nuvem se aproximando, a gente vê o vizinho passando a dois metros de distância... então a gente consegue ter... ter mais tranquilidade neste ponto... A gente tem conseguido resolver um bocado de coisa por aqui dentro mesmo, é uma ilhazinha, é... vamos dizer assim, um castelo que se criou aqui, onde a gente tá conseguindo ter uma vida diferente até nesses momentos de crise maior (Morador ERF).

Com relação aos habitats populares, 06 (seis) conjuntos do PMCMV da faixa 1 analisados neste estudo, estão em média a 6,5 km do centro principal: Residencial Monsenhor Américo Simonetti, Residencial João Newton Escossia, Residencial Jardim das Palmeiras, Santa Julia, Residencial Mossoró I e Residencial Odete Rosado. Quase todos possuíam em 2010 em seu raio de proximidade de 1000 metros entre 21 e 51 estabelecimentos de comércio e serviços. O distanciamento de tais conjuntos da área central, principal zona de concentração de comércio e serviços, reitera a necessidade de mobilidade da população, ou seja, para a realização do deslocamento cotidiano, os cidadãos necessitam acessar meios de transporte.

Todavia, estudos sobre mobilidade já realizados e avançados em sociologia (SHELLER, 2014, 2017; URRY, 2000; KAUFFMANN et al., 2004) indicam que um aumento de mobilidade não significa aumento de acessibilidade. Considerada como um termo polissêmico, a noção de mobilidade é comumente confundida com outros conceitos como os de circulação, transporte, acessibilidade ou trânsito, superando a ideia de deslocamento físico (BALBIM, 2016). O mesmo autor destaca que: “a mobilidade está relacionada às determinações individuais: vontades ou motivações, esperanças, limitações, imposições etc.”, que seriam para ele determinadas pela “organização do espaço, as condições econômicas, sociais e políticas, os modos de vida, o contexto simbólico, as características de acessibilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico” (BALBIM, 2016, p. 27).

Todas essas condicionantes para a mobilidade, sobretudo a organização do espaço, as condições econômicas e sociais e as características de acessibilidade, impõem aos cidadãos certas limitações e graus variados de liberdade, ensejando diferentes formas de articulação com a cidade. Com o intuito de compreendermos essas formas de articulação dos cidadãos com a cidade tendo-se a divisão social do espaço urbano como vetor de compreensão da fragmentação socioespacial, cruzamos os dados quantitativos anteriores acerca dos estabelecimentos de comércio e serviços com algumas entrevistas de cunho qualitativo.

Sintetizando os dados levantados, a tabela 1 mostra que existia em 2010 uma quantidade maior de estabelecimentos de comércio e serviços com relação aos demais estabelecimentos de educação e saúde, dentro do raio de 500 metros e 1000 metros dos loteamentos analisados. Este dado sugere que para acessar tais serviços, boa parte dos habitantes desses empreendimentos do PMCMV acabam por utilizar os estabelecimentos do centro da cidade ou de bairros longínquos, que possuem tais equipamentos, especialmente os de saúde e educação. A tabela também mostra que uma boa parte do total dos estabelecimentos não se encontra dentro dos raios de proximidade proposto, o que reforça ainda mais o

grau de afastamento dos cidadãos no acesso a tais serviços. Por exemplo, do total dos estabelecimentos existentes, menos de 51% estão compreendidos no raio de 1000 metros, ou seja, os cidadãos moradores dos bairros situados nessas localidades devem utilizar serviços a uma distância superior a 1 km de suas moradias.

	Variável Educação		TOTAL	Variável Saúde		TOTAL	Variável comércio e serviços (geral)		TOTAL
Distância	Raio 500m	Raio 1000m	-	Raio 500m	Raio 1000m	-	Raio 500m	Raio 1000m	-
Mossoró	26	80	204	12	30	156	1138	3228	9652
Totais	106		204	42		156	4366		9652
% do Total	51%		100%	26%		100%	45%		100%

Tabela 1 - Mossoró: Estabelecimentos de comércio e serviços (CNEFE) variáveis de educação, saúde, e estabelecimentos comerciais e de serviços em geral.

Assim, a análise de oito entrevistas realizadas em Mossoró, sendo quatro de cidadãos do PMCMV Faixa 1 (A, B, C, D) e quatro cidadãos de empreendimentos residenciais fechados (E, F, G, H) nos permitiu uma maior aproximação sobre alguns aspectos da fragmentação socioespacial, possibilitando uma análise cartográfica qualitativa (Fig. 3). Em primeiro lugar, mostra que o centro da cidade de Mossoró ainda representa uma forte centralidade, em razão do deslocamento cotidiano dos cidadãos entrevistados ao centro, especialmente para os setores populares. Por exemplo, os cidadãos A e B, moradores dos PMCMV Santa Julia e Parque Verde, respectivamente, trabalham e consomem no centro da cidade ou em suas proximidades (Fig. 3).

“Eu trabalho em uma esmalteria aqui no centro de Mossoró Mesmo....Eu vou ao centro (núcleo comercial) no máximo duas vezes por mês” (Morador MCMV).

“De mês em mês (ida ao centro), quando chega os boletos pra pagar. Às vezes fazer pesquisas de preço, pra fazer alguma compras. Visitar as lojas pra fazer pesquisa de preço” (Morador MCMV).

Em segundo lugar, as entrevistas com moradores de empreendimentos do PMCMV possibilitaram conhecer a forma de transporte dos cidadãos aqui estudados. O cidadão A possui motocicleta particular e realiza seus deslocamentos cotidianos praticamente sob duas rodas; e o B depende de transporte público. A cidadina D é dona de casa e, portanto, trabalha em sua moradia, mas consome no centro e no shopping Partage, próximo de sua residência. O cidadão C é um caso particular pois seu local de trabalho se situa a 80 km de Mossoró, e seus locais de consumo variam de acordo com o trajeto de retorno após o trabalho. Este cidadão possui carro próprio permitindo maior alcance a zonas distantes da cidade.

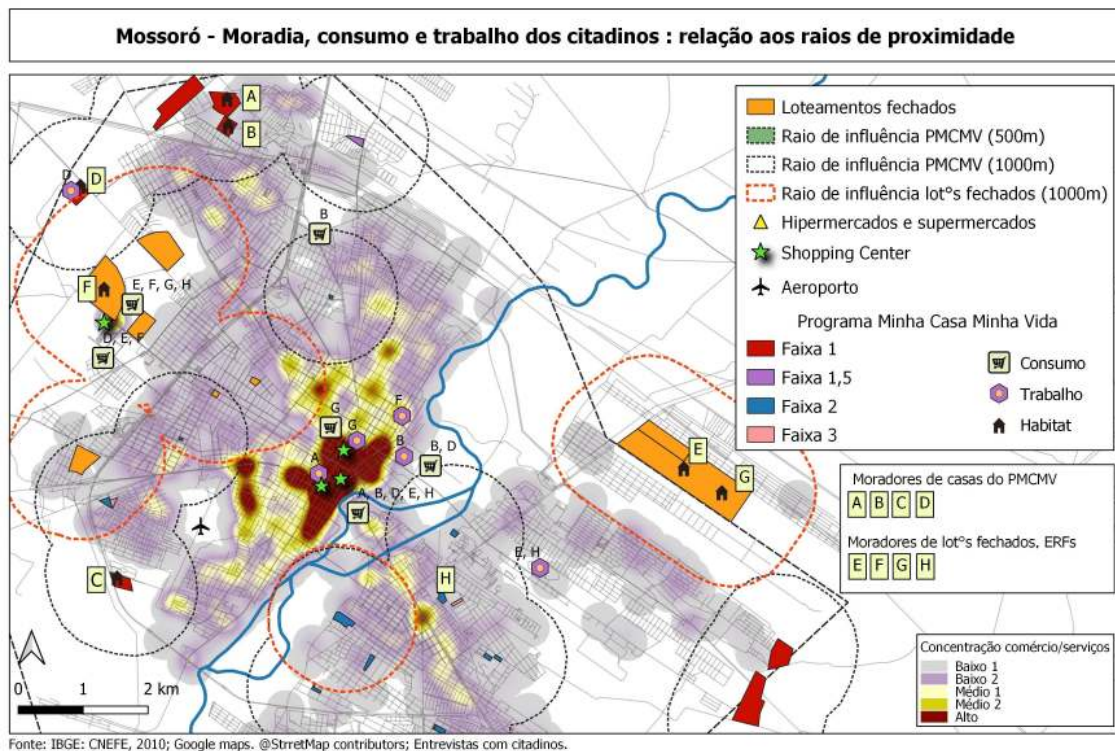


Figura 3 - Mossoró: Moradia, consumo e trabalho dos cidadãos: relação aos raios de proximidade.

Com relação aos cidadãos moradores de empreendimentos residenciais fechados (E, F, G, H), os cidadãos F e G trabalham no centro ou em sua proximidade, e os cidadãos E e H são trabalhadores próximos de suas residências. Todos possuem um veículo individual. No que tange aos locais de consumo, todos eles se dirigem ao shopping Partage. Os cidadãos E e G moradores do condomínio fechado Ninho, situado a 10 km deste shopping, levam aproximadamente 20 minutos de trajeto de carro para acessá-lo. O cidadão F, consome próximo ao seu local de moradia, ou dentro dele, por exemplo, alimentação que é oferecida dentro do próprio condomínio:

[...] nós temos padarias funcionando aqui... através de... uma espécie de caminhãozinhos com seus produtos quase todos os dias da semana, a partir da quarta. Então, quarta, quinta e sexta, nós já temos as padarias vendendo pão fresco, salgados, bolos. Ficam num ponto aqui do condomínio é... Nós temos uma avenida aqui no condomínio de quase dois quilômetros né?! Então cabe (risos), cabe muita coisa... e no fim de semana, sexta, sábado, domingo. Aí os food trucks ficam se revezando, então nós temos uma lista de food trucks e todo fim de semana aquela lista era gira né?! Então, estamos sempre tentando não ter concorrência, nós não vamos colocar dois food truck que vende hambúrguer ao mesmo tempo, hambúrguer gourmet, nós vamos colocar um que tenha açaí e um que tenha pastel. Hambúrguer e um crepe. (Morador de ERF).

Percebe-se assim, que este último, diferentemente dos demais, e até mesmo de moradores de PMCMV, realiza grande parte de suas atividades do cotidiano dentro de seu raio de proximidade a menos de 1 km de distância. As lógicas de localização do capital comercial associadas às dinâmicas imobiliárias (SPOSITO; GÓES, 2013) representadas pelos espaços residenciais fechados, em que o medo e a insegurança ressignificam as práticas espaciais em suas nuances objetivas e subjetivas, são aqui claramente identificadas. Rupturas e separações (LEGROUX, 2021) são constantemente reproduzidas, de um lado, pela lógica do capital imobiliário de forma objetiva, e de outro por aqueles que consomem tais produtos imobiliários de maneira subjetiva. O morador do residencial fechado acima assimila a ideia de que tais produtos imobiliários promovem a segurança e o conforto, especialmente para seu lazer, seu habitat, sua mobilidade, seu consumo. No entanto, para seu trabalho, as barreiras e separações devem ser ultrapassadas. Deste modo, é possível entendermos como a fragmentação socioespacial se manifesta, sobretudo quando comparamos os diferentes grupos sociais, resultado de tal

divisão social do espaço urbano.

Resumindo: as principais características das práticas cotidianas realizadas pelos cidadãos entrevistados mostram que o centro continua sendo um dos principais espaços de compras e serviços dos habitats populares e, eventualmente, o shopping é acessado por estes setores, mas essencialmente para lazer (praças de alimentação) e não para compras de produtos em lojas que atendem um perfil de classe média/alta ou acesso a consultas médicas, por exemplo. Os moradores de habitats de médio e alto padrão acessam com mais frequência o shopping, enquanto o acesso ao centro é mais reduzido, mas não excluído. E, por fim, há uma confluência de espaços de consumo, principalmente supermercados, entre os dois grupos, mas a distância não é um obstáculo aos setores de médio e alto padrão, uma vez que acessar a cidade fica mais fácil com o uso do carro próprio. Como sugere Pereira (2020, p. 303).

O lugar de residência diz muito sobre as possibilidades de uso e apropriação do espaço; diz muito sobre a capacidade de consumo, de pagar por um aluguel, de comprometer a renda em transporte, saúde e educação, enfim, de controle do tempo e do espaço para sua reprodução. Por exemplo, se for um bairro mais central ou periférico, se for vetor de expansão urbana para as classes mais altas, ou um vetor de expansão e concentração de habitantes de baixos estratos socioeconômicos, o que pode ainda estar relacionado a índices de violência, as possibilidades e limites em torno da apropriação do uso espaço serão bastante diferentes.

De acordo com essas análises cartográficas, associando dados quantitativos e qualitativos, percebe-se, preliminarmente, que Mossoró ainda apresenta uma forte concentração de atividades comerciais e de serviços no centro da cidade. Porém, é bastante evidente a crescente descentralização das atividades econômicas a partir da instalação do shopping Partage, que vem promovendo a expansão imobiliária para esta zona, criando uma “nova área central”. Percebe-se, portanto, uma diferenciação na divisão social do espaço urbano que evidencia um processo de fragmentação socioespacial em curso na cidade.

As entrevistas preliminares nos permitem já observar uma tendência de surgimento de novas centralidades, mesmo o centro exercendo forte atração, tanto para as classes minoritárias como as de médio e alto padrão, mas o uso com temporalidade e frequência diferentes, aguçando ainda mais a divisão social do espaço já posta e herdada de historicidades justapostas e diferentes. Assim, concordamos com Sposito e Góes (2013, p. 301), para quem a observa-se, no contexto das cidades médias e da própria urbanização brasileira:

uma nova divisão técnica, e, portanto, econômica, do tempo e do espaço, que é também social, porque se refere aos novos ambientes para o consumo de bens e serviços cada vez mais segmentados, aumentando e tornando mais complexo o mosaico das desigualdades socioespaciais, nas formas de mobilidade e acessibilidade aos fragmentos que compõem a cidade contemporânea.

Chega-se, portanto, à conclusão, de que há diferenças nas formas de uso, do tempo e da apropriação da cidade pelos cidadãos, onde a divisão social do espaço urbano tem sido um fator que corrobora para estas diferenciações, intensificando as desigualdades e sinalizando para o processo de fragmentação socioespacial que tem caracterizado as cidades brasileiras, com a expansão da perda de uma certa unidade espacial (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002).

CONCLUSÃO

Algumas considerações finais podem ser elencadas como parte da pesquisa realizada até aqui, o que sugere um direcionamento em relação aos encaminhamentos da pesquisa que é executada em caráter nacional. Em primeiro lugar, a divisão social do espaço assume em Mossoró características que permitem afirmar que a expressão socioespacial no âmbito da cidade está articulada no contexto global, proporcionando uma reprodução de desigualdades socioespaciais que precisa ser explorada na continuidade da investigação. Essa ampliação das desigualdades socioespaciais se relaciona com uma fratura diretamente observável no âmbito da morfologia urbana e das práticas espaciais.

Foi possível analisar maneiras diferenciadas de apropriação e uso do espaço pelos grupos

socioeconômicos. Com esse conjunto de dados trouxemos formas de apropriação desigual da cidade, principais componentes que problematizam o processo de fragmentação socioespacial e os padrões de crescimento da cidade de Mossoró na contemporaneidade. As entrevistas utilizadas neste artigo evidenciam as novas qualidades nas práticas espaciais dos cidadãos, revelando os diversos “capitais espaciais” mobilizados pelos diversos sujeitos e que estão diretamente ligados à divisão social do espaço urbano.

Isso dá novas qualidades às formas-conteúdo que caracterizam a cidade de Mossoró no século XXI e demanda mais reflexões sobre a inserção de uma forma comercial como um shopping se articula com outros processos como a segregação e a autosegregação. Além disso, a lógica da produção habitacional, como foi vista, reforça um padrão de segregação espacial em termos de habitações populares, demandando para esses cidadãos, uma maior dependência do centro da cidade. Os espaços residenciais fechados mediante níveis elevados de renda dos habitantes e as possibilidades advindas da dinamicidade de mobilidade espacial particular, permitem uma maior e mais ampla combinação entre os espaços comerciais do centro da cidade e os novos espaços de consumo que se instalam em outras áreas, como o shopping.

Portanto, espaços periféricos, especialmente nas áreas em que se localizam as habitações populares, possuem menor disponibilidade e diversidade de comércio, serviços e áreas de lazer, enquanto empreendimentos de médio e alto padrão são mais bem atendidos, seja pela proximidade ou pela possibilidade de deslocamento que os sujeitos destas classes sociais possuem. Como Harvey (1980, p. 146) bem frisou a respeito do controle do espaço e do tempo na cidade capitalista: “os ricos, que estão plenos de escolha econômica, são mais capazes de escapar das consequências de tal monopólio [da propriedade privada], do que os pobres, cujas escolhas são muitíssimas limitadas”, assim “o rico pode dominar o espaço enquanto o pobre está aprisionado a ele”.

As desigualdades socioespaciais que se apresentam em Mossoró, reforçam a necessidade de se buscar analisar a divisão social do espaço e a divisão territorial do trabalho, levando em consideração usos e apropriações por diferentes grupos sociais e características socioeconômicas. A pesquisa que está em desenvolvimento vem demonstrando que a fragmentação socioespacial tem imbricações com a centralidade, o consumo e com novas formas do habitar, que terminam por reproduzir desigualdades e contradições no espaço urbano.

NOTAS

1- Este texto é parte de análises do Projeto Temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas” (Processo FAPESP: 18/07701-8). O olhar lançado sobre Mossoró justifica-se pelo fato dessa cidade ser um dos nove centros urbanos que estão sendo alvo do projeto de pesquisa já mencionado, nos quais a hipótese da fragmentação socioespacial no contexto da urbanização brasileira é investigada. Trata-se, portanto, de resultados parciais que estão sendo sistematizados na medida em que a pesquisa avança. Os procedimentos metodológicos aqui empregados constituem parte dos que são operacionalizados na pesquisa mais ampla da qual este artigo faz parte.

2- O PMCMV surge aqui neste trabalho, como uma lógica de estruturação que amplia o distanciamento dos mais pobres e potencializa a ação dos agentes imobiliários no espaço urbano, reproduzindo padrões de fragmentação socioespacial, a exemplo da cidade média de Dourados-MS (CALIXTO, 2022).

3- As entrevistas com os cidadãos foram complementadas através de plataformas de videoconferência, como o Google Meet ao longo de 2020, em função da pandemia pela Covid-19. A ideia foi capturar trajetórias, espacialidade e cotidiano dos cidadãos, a partir de dois tipos de moradores (habitantes populares do MCMV e médio e alto padrão dos condomínios fechados), seu local de moradia, local de trabalho, ida e frequência ao centro da cidade, local de lazer e o transporte utilizado para os deslocamentos. A utilização de oito entrevistados, sendo quatro para cada tipo de morador, baseou-se, na possibilidade de ilustrar o debate teórico-conceitual, não sendo excessivo no número de cidadãos, uma vez que não era o objetivo da pesquisa neste momento. Todas as entrevistas foram realizadas com um roteiro semiestruturado, gravadas com a permissão dos entrevistados, sob a garantia do anonimato e utilização das mesmas, para fins eminentemente da pesquisa, respeitando, assim, as recomendações do

Comitê de Ética e da resolução 510 de 7 abril 2016 no que diz respeito às especificidades das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Assim, buscou-se a proteção das informações dos sujeitos, evitando acarretar riscos maiores dos que os existentes na vida cotidiana. Em razão disso, os entrevistados foram identificados com códigos, para protegê-los.

4- Utilizamos no projeto a terminologia “agentes bem-informados” para classificar os “agentes” por sua capacidade de atuação no espaço urbano e “bem-informados” para caracterizar as informações que eles possuem, devido à função e atuação que exercem na cidade analisada (SILVA et. al, 2022, no prelo).

5- Na área central do mapa é possível observar três centros comerciais que são enquadrados na pesquisa como shopping, baseando-se na classificação da Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE) que assim os definem, ver em: <https://abrasce.com.br/>. Todavia, acrescentamos que o principal e que não se enquadra como centro comercial, para o senso comum, é o localizado no setor noroeste da cidade, denominado de Shopping Partage.

6- Trata-se de um empreendimento da Embraco Construtora, com apartamentos de dois e três quartos e salas comerciais. Mais informações podem ser encontradas no site eletrônico da empresa, disponível em: <https://construtoraembraco.com.br/empreendimento/whb>.

7- O papel do Estado como agente da produção do espaço urbano não é o tema deste artigo, porém os diversos investimentos estatais das mais diversas naturezas, como moradia, mobilidade e lazer, por exemplo, estão sendo investigados na pesquisa da qual este artigo faz parte.

8- Diferentemente de outros setores da cidade que possuem ERF's e que são mais distantes do centro, este eixo de expansão é próximo ao centro e possui um dos metros quadrados mais caros da cidade, concentrando importantes condomínios fechados como o Alphaville-Mossoró e empreendimentos em construção, como o Residencial Condomínio das Américas, da Embraco Construtora, cujo investimento alcança R\$ 120 milhões segundo a mídia local.

REFERÊNCIAS

BALBIM, Renato. Mobilidade: uma abordagem sistêmica. In: BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; LINKE, Clarisse Cunha. (Orgs.). Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano, v. 1. Brasília: IPEA, 2016, p. 23-42.

BANCO DO NORDESTE. Informações socioeconômicas municipais. Município: Mossoró, 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3022583/Mossor%C3%B3-RN-2019.pdf/48461a30-2663-5e95-eb7d-edfd750ed4df>. Acesso: 28/10/2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Sistema de Habitação (SISHAB). 2019. Disponível em: <http://sishab.cidades.gov.br/empreendimentos/filtro>. Acesso: 04/08/2020.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CALIXTO, Maria Jose Martinelli Silva. Da lógica centro-periferia à lógica socioespacial fragmentária em uma cidade média. Mercator, Fortaleza, v. 20, out. 2021. Disponível em: . Acesso: 21/03/2022.

COUTO, Edna Maria Jucá. As cidades médias e suas múltiplas particularidades: produção e consumo do espaço urbano em Marília-SP e Mossoró-RN. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente, 2016.

DIAS, Liêssa de Paula. Do real ao simulacro: a produção dos espaços residenciais fechados em Mossoró-RN (Alphaville, Quintas do Lago e Sunville). Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2019.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS,

Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (orgs) “Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional”. Chillán e Marília. São Paulo: Outras Expressões, 2010.

KAUFFMAN Vincent.; MAX BERGMAN Manfred; JOYE Dominique. Motility: Mobility as Capital, International Journal of Urban and Regional Research, 2004, v. 28.4, p.745-756.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. 4 ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. Les illusions de la modernité. Le Monde Diplomatique. Manière de voir, 13, p. 14-17, 1991.

LEGROUX, Jean. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. Caminhos de Geografia. v. 22, nº. 81, jun./2021, p. 235-248. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/55499/31706>. Acesso em: 16/10/2021.

LIPIETZ, Alain. Alguns problemas da produção monopolista do espaço urbano. Espaço e Debates, São Paulo, Cortez, n. 7, 5-20, 1982.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. A nova condição urbana: espaços comerciais e de consumo na reestruturação da cidade - Juazeiro do Norte/CE e Ribeirão Preto/SP. Curitiba: Appris, 2020.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. O centro da cidade no contexto da (re)estruturação urbana: considerações acerca da “teoria urbana convencional” e da “teoria urbana crítica”. Geouerj, Rio de Janeiro, n. 31, p. 669-697, 2017.

RONCAYOLO, Marcel. La ciudad. Barcelona: Paidós, 1988.

RONCAYOLO, Marcel. Lectures des villes: formes et temps. 2 ed. Edition Parenthèses, 2011.

BARATA SALGUEIRO, Teresa. Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. Revista Finisterra. Lisboa, XXIX, nº 57, 1994, p. 79-101.

SHELLER Mimi. The new mobilities paradigm for a live sociology. Current Sociology Review, vol. 62, 2014, p.789–811.

SHELLER, Mimi. From spatial turn to mobilities turn. Current Sociology Review, 2017, p.1–17.

SILVA BESERRA, F. R.; PEREIRA JÚNIOR, E. Diferenciação espacial na escala intraurbana: análise dos impactos da indústria da construção civil na cidade de Mossoró. Geografares, [S. l.], v. 1, n. 30, p. 111–132, 2020. DOI: 10.7147/GEO30.29258. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/29258>. Acesso em: 23/03/2021.

SILVA, C. F. da. et al. Entrevistas com agentes bem-informados: perspectivas para a análise da fragmentação socioespacial. In: GÓES, Eda Maria; MELAZZO, Everaldo Santos (org.). Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

SILVEIRA, Maria Laura. Pensando o fenômeno urbano contemporâneo. In: DIAS, Patrícia Chame; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. (Org.). Cidades médias e pequenas: dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo, v. 99, p. 171-183. Ed.Salvador, 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação, Fragmentações, Actes du XVI SIMPURB Simposium National de Géographie Urbaine 14-17, 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Diferenças e desigualdades em cidades médias no Brasil: da segregação à fragmentação sócio-espacial. In: Congress of The Latin American Studies Association, n.37, 2019, Boston, USA, may 24 - may 27, 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO Eliseu Savério. Fragmentação socioespacial. Mercator, vol. 19, 2020, p. 1-13.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES Eda Maria. Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). Cidades médias: espaços em transição. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 233-253.

NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. La fragmentation en question: Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale? Paris : L'Harmattan, 2002.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France. Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. Perfiles Latinoamericanos, nº19, 2001, p. 33-56.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France; PIÑEDA, Rodrigo CATTANO. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. Revista EURE, vol. XXXIV, n.103, p. 73-92, dic. 2008

RHEIN Cathérine, ELISSALDE Bernard. La fragmentation sociale et urbaine en débats. Information Géographique, vol. 68, nº 2, 2004, p. 115-126. Consulta em maio de 2020, http://www.persee.fr/doc/ingeo_0020-0093_2004_num_68_2_2939.

URRY, John. Sociology Beyond Societies. London: Routledge, 2000.

WHITACKER Arthur Magon. Centro da cidade, centralidade intraurbana e cidades médias. In: MAIA D. S., SILVA W. R., WHITACKER A. M. Centro e centralidade em cidades médias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.